

A EDUCAÇÃO E OS MOVIMENTOS POPULARES: UMA FORMAÇÃO POPULAR E PARTICIPATIVA EDUCATION AND POPULAR MOVEMENTS: A POPULAR FORMATION AND PARTICIPATED

Fernando Antonio Alves dos Santos ¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: A educação popular e os movimentos sociais se articulam num processo de significação tão evidente que nos entremeios de formação há tipos diferentes de conhecimentos que carregam princípios culturais e que fundamentam um movimento. O caráter imprescindível da educação popular consegue romper as formas de exploração social pautadas nas formas de controle, assegurando direito e conscientização dos indivíduos. **OBJETIVO:** Discutir o impacto transformador da educação na percepção e desdobramento das questões de gênero. **METODOLOGIA:** O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da Literatura com natureza qualitativa com enfoque exploratória dados de artigos localizados em plataformas de dados científicos. As bases utilizadas para pesquisa foram: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o Google acadêmico com buscas datados nos últimos 10 anos (2013 a 2023). Os descritores utilizados para as buscas foram “Educação”, “Educação Popular”, “formação acadêmica”, “movimentos sociais”. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Historicamente a educação popular se liga a grupos populares na luta “contra práticas culturais” e educativas hegemônicas, envolvidos pela questão da luta por uma sociedade mais acolhedora. A educação participativa e comprometida com o conjunto direitos do povo, fazendo uso da “matéria-prima para o ensino”, sem desconhecer a ciência.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Educação Popular. Formação Acadêmica. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

INTRODUCTION: Education emerges as an important transforming tool since gender issues were (or at least should be) included in all curricular disciplines in order to denaturalize the prejudices that lasted for years. Although the scenario of prejudice related to identity issues has been mitigated, there is still a need for the referred deconstruction to be massively worked on at school, since prejudices and stereotypes that were considered “normal” were historically rooted. **OBJECTIVE:** To discuss the transformed impact of education on the perception and unfolding of gender issues. **METHODOLOGY:** This study is an integrative literature review. The present study was qualitative in nature with an exploratory, descriptive approach to data from articles located on scientific data platforms. The databases used for research were: Scientific Electronic Library Online (SciELO) and academic Google with searches dated in the last 10 years (2013 to 2023). The descriptors used for the searches were “gender”, “education”, “gender inequality” and “academic background”. Studies were selected that justify the theme with a selection of publications that could contribute with more current information for the scientific literature. **FINAL CONSIDERATIONS:** Curricular deficiencies regarding gender issues can strengthen stereotypes and create situations of inequality. Violence and lack of school and educational training based on gender issues tend to generate situations that culminate in increased dropout rates, poor performance, school dropouts and mental health problems. Certainly, all of these elements have a negative impact on student learning and well-being.

KEYWORDS: Education. Academic Training. Gender. Gender Inequality.

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. E-MAIL: fernandinhopilar@hotmail.com. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/1258294065354648

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais enquanto expressões de educação popular se firmam como elementos de resistência na construção de projetos populares alternativos antagônicos às formas hegemônicas do pensamento. Estes movimentos expandem o conceito de educação para todos e não educação restrita a uma determinada classe dominante. Ideias hegemônicas nascidas em países primeiro mundo abordam o conhecimento como certo e único da sua forma científica, firmados num pensamento escolástico de entender e explicar o mundo, eurocentrista. (GERHARDT; FRANTZ, 2019)

A educação popular e os movimentos sociais (MS) se articulam num processo de significação tão evidente que nos entremeios de formação há tipos diferentes de conhecimentos que carregam princípios culturais e que fundamentam um movimento. O caráter educativo nos movimentos possibilita uma (re)leitura crítica da realidade inserindo nas pautas revolucionárias uma síntese dos diferentes aspectos de formação culturais, de tão sorte que contribui para a consciência coletiva dos indivíduos. É a bagagem histórica de um povo e dos seus direitos une o debate entre a classe popular e as mais diferentes representações sociais (REIS; ROCHA, 2019).

A educação enquanto forma de emancipação social promove um processo de “conscientização” em uma sociedade, sendo assim, é por meio de tal fenômeno que Paulo Freire, o principal representante desta pedagogia, apontou soluções para superar a denominada educação bancária (tal superação coexiste na educação para liberdade). O autor cita o foco de tal libertação “é o seu engarjamento necessário na luta por sua libertação” (FREIRE, 2018).

Nos últimos anos, com a expansão das cidades e fluxo do êxodo rural, aliado a expansão da revolução industrial e digital, o grau de urbanização demonstrou também maior participação política das massas

urbanas, bem como à nova dinâmica da reestruturação produtiva, com isso, resultou no conseqüente crescimento significativo da matrícula no ensino Médio (OLIVEIRA, 2021).

Historicamente a educação popular se liga a grupos populares na luta “contra práticas culturais e educativas hegemônicas, envolvidos pela questão da luta por uma sociedade mais acolhedora. A educação participativa e comprometida com o conjunto direitos do povo, fazendo uso da “matéria-prima para o ensino”, sem desconhecer a ciência, comprometendo-se com a criação de uma nova ordem social, cultural, política e epistemológica. (STRECK et al., 2014).

O caráter imprescindível da educação popular consegue romper as formas de exploração social pautadas nas formas de controle, assegurando direito e conscientização dos indivíduos. Embora a educação popular não é puramente ou somente uma forma de expressão social, vai além deste debate, pois consegue se manifestar por meio de ações coletivas e dos movimentos populares, sem deixar de lado seu papel formador e educador (FREIRE; NOGUEIRA, 1993; REIS; ROCHA, 2019).

Os MS populares devem ser vistos como espaços de educação popular, e este conceito de “popular” ser torna problemático e abrangente, pois o termo pode significar que pertence ao povo e as vezes alguns movimentos estão mais ligados a classes específicas. No entanto, todos os movimentos populares buscam melhores no contexto social completo que abranja todas as camadas sociais. Tanto a escola quanto os movimentos sociais exibem um sentido político da educação, com inclusive impregnação de um caráter educativo manifesto nestas experiências, pautado na compreensão das práticas sociais como lugares adequados ao desenvolvimento de uma educação emancipatória (OLIVEIRA, 2021).

Nestas perspectivas, este trabalho visa discutir e refletir acerca da importância e interrelação entre os movimentos sociais e a educação, principalmente no

que se refere a característica mútua e transformadora destes fenômenos. Para tal, o objeto deste estudo é discutir e analisar como a educação consegue também permear pelos movimentos sociais, sendo muitas vezes também considerado um deles.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da Literatura. O desdobramento deste estudo se deu com natureza qualitativa com enfoque exploratória, descritiva dos dados de artigos localizados em plataformas de dados científicos. As bases utilizadas para pesquisa foram: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o Google acadêmico com buscas datados nos últimos 10 anos (2013 a 2023).

Os descritores utilizados para as buscas foram: “Educação”, “Educação Popular”, “formação acadêmica” e “movimentos sociais”. Foram selecionados estudos que justifiquem o tema com seleção de publicações que pudessem contribuir com informações mais atuais para literatura científica.

Optou-se por realizar análise descritiva e narrativa de todas as informações. Dentro dos critérios de elegibilidade de artigos, foram incluídos estudos completos que apresentaram uma abordagem explanativa relacionados ao processo educativo e a influência mútua entre os movimentos sociais. Além disso, ainda como critérios de inclusão, foram selecionados estudos em português e inglês, de preferência com abordagem nacional, dispostos nos mais diversos tipos de estudos.

Foram excluídos estudos descritos em língua diferente das anteriormente citadas, bem como documentos de revisão ou apresentassem no resumo distanciamento do tema pesquisado. Foram excluídos estudos incompletos, com conflito de interesse ou cartas e editoriais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Temáticas relacionadas à educação, cultura e direitos humanos têm despertado importantes discussões nos ambientes científicos e acadêmicos, impulsionados por demandas populares, entidades sociais específicas e também oriundo as pressões realizadas nos Congresso e em outros âmbitos políticos que culminam em mudanças nas bases curriculares. Os estudos reafirmam a importância e necessidade de trabalhos científicos diretamente relacionados aos direitos humanos, aspectos culturais, sociais, educação e micro-história, principalmente na educação básica (GREBINSKY, 2016). Este mesmo contexto pode ser percebido como necessidade diante da construção da Educação popular.

Cabral (2016) destaca a importância dos trabalhos sobre os direitos humanos, questões de gênero e diversidade. Neste sentido, os resultados do autor apontam a escola com um papel e compromisso ético-político pautado no respeito e acolhimento a essa diversidade, apresentando-se como instrumento transformador de mentes, tornando a sociedade mais justa.

Os movimentos sociais enquanto expressões de educação popular se firmam como elementos de resistência na construção de projetos populares alternativos antagônicos às formas hegemônicas do pensamento. Estes movimentos expandem o conceito de educação para todos e não educação restrita a uma determinada classe dominante. Ideias hegemônicas nascidas em países primeiro mundo abordam o conhecimento como certo e único da sua forma científica, firmados num pensamento escolástico de entender e explicar o mundo, eurocentrista. (GERHARDT; FRANTZ, 2019).

O êxodo rural e o crescente processo de urbanização aliado a necessidade de novos conceitos sobre educação e sociedade impulsionou uma maior participação política das massas urbanas, bem como à nova dinâmica da reestruturação produtiva, com isso, resultou no conseqüente crescimento significativo da

matrícula no ensino Médio. Ou seja, mais indivíduos estão tendo acesso ao ensino básico e conseguindo chegar ao ensino médio (OLIVEIRA, 2021). Logo, esta dinâmica mostra que o ensino médio de básica atinge mais pessoas, e o que se planeja para tal pode modificar os rumos da sociedade.

Ações práticas de movimentos e grupos sociais em contato com instituições educacionais promovem a interrelação entre o movimento social e educação, dado caráter educativo de suas ações na sociedade pelas aprendizagens adquiridas pelos participantes e pelos projetos socioeducativos formulados e desenvolvidos pelos próprios movimentos. Neste contexto, vale destacar a década de 1980 na conjuntura do “Movimento pela Anistia” e as “Diretas Já”, período em que as campanhas pela participação popular na Assembléia Constituinte tiveram grande impacto na mídia e obteve-se algumas conquistas. O estudo de Michiles (1989) sobre as emendas populares e a participação de organizações e movimentos sociais demonstrou que “os estudantes apresentaram cinco emendas, mas somente uma conseguiu mais de cem mil assinaturas”. O ciclo das lutas estudantis ocorre com os “caras pintadas” durante o processo de impeachment do então presidente Collor, assim, os cara-pintadas foram a única manifestação juvenil que rompeu com a apatia e o individualismo da geração “shopping center” da década de 90 (GOH, 2016).

Em outro estudo, Oliveira (2021) elucidou as experiências do Movimento de pré-vestibulares populares e seus estudos indicam complementaridades nos conceitos, nos sujeitos e nas lutas da educação popular e dos movimentos sociais. Sendo assim, consegue-se perceber que estes dois fenômenos permanecem entrelaçados e caminhando juntos. É fato que a educação é modificada pelos movimentos sociais, os MS apresentam grande importância da construção e reconstrução de mentes, gerando nos indivíduos novas percepções. Tudo isso se mostra evidente diante do surgimento de novas abordagens e novos sujeitos no

contexto da educação popular e dos movimentos sociais.

As experiências do Movimento de Pré-Vestibulares Populares na década de 90 do século 20 já demonstravam a grande preocupação dos movimentos populares em ter uma agenda voltada para educação para as massas trabalhadoras, incentivo que vai além do âmbito da alfabetização e do ensino fundamental. Ou seja, os MS nascem e sofrem influência também de iniciativas organizadas pelos trabalhadores. As primeiras experiências de criação de núcleos de pré-vestibulares populares surgem no Brasil na segunda metade da década de 80 e se consolidam na década de 90 do século 20 (OLIVEIRA, 2021).

Não existem estudos claros sobre o impacto social das experiências de pré-vestibulares populares, mas esta consolidação de tais experiências em todo país indica um novo movimento de educação popular na luta por democratização e qualidade do acesso de pessoas oriundas das classes populares para chegar até às Universidades. No que se refere a educação pré-vestibular, uma questão divergente seria o recebimento de ajudas financeiras externas, pois a existência de tais itens descaracteriza o caráter popular dessas iniciativas. A gratuidade seria o elemento que delimitaria o caráter popular dessas experiências. No entanto, para muitos esta delimitação não depende somente da gratuidade, sendo obtida por meio da definição do seu projeto político-pedagógico. (OLIVEIRA, 2021).

A educação popular também se reflete nos Movimentos Sociais do Campo com um alicerce para o trabalho educativo, permitindo a observação dos problemas estruturais daquela comunidade. Este atributo seria importante para o conhecimento da história local e do fortalecimento da identidade coletiva. Assim, a educação popular ampliou sua área de atuação ao longo do tempo acrescentando demandas das ações, dos sujeitos e dos territórios. A base alicerçada no compromisso com as classes populares não foi perdida, com evidenciação de ações coletivas que se

organizaram em torno de demandas em comum a partir de problemas acerca do acesso à terra. Movimentos como MST e o MMTR-NE adotaram escopos distintos, mas assumem a Educação Popular enquanto seu princípio educativo para promover a conscientização dos sujeitos envolvidos em busca de um projeto de sociedade em busca de justiça social (ARAÚJO; SILVA, 2021).

Segundo Araújo e Silva (2021) a educação popular pode ser um caminho para o desenvolvimento de uma Pedagogia Decolonial dentro do Campo, principalmente quando se menciona o MST e do MMTR-NE, pois estes movimentos assumem-se como uma alternativa para romper com o pensamento neoliberal, com a educação bancária que visa promover mão de obra barata e, assim, em prol da construção de uma sociabilidade alternativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais tem o potencial de apresentar influência mútua sobre o processo educativo formativo e este debate deve ser incluído na grade curricular do ensino nacional. Os estudos mostram que deficiências curriculares quanto as questões relacionadas a história local e luta dos movimentos sociais podem fortalecer preconceitos e enraizar situações de desigualdade.

A Literatura científica coloca o ser humano como foco e agente principal que fomenta as possibilidades de pensar a educação popular e a democracia como duas questões vitais, porém frágeis, enquanto garantias permanentes, uma vez que estes fenômenos estão encobertos por preconceitos e estigmas.

É preciso ratificar diariamente os direitos como conquistas humanas de uma sociedade solidária munida da capacidade de debater educação popular e suas implicações nos processos de práticas sociais e democráticas.

Os estudos mostram que história dos movimentos sociais é marcada por retrocessos que demonstram os constantes tensionamentos que existem na busca de uma sociedade mais justa e solidária. A educação precisa atuar de modo a pontuar e estabelecer o direito de escolha e a participação de todo cidadão na vida social em um contexto de resistência e de possibilidades enquanto protagonista da história.

Existe a possibilidade de centralizar a educação popular e a democracia como duas questões vitais e mútuas, porém frágeis em uma sociedade pós-moderna e globalizada. Diante de ondas de violência, que beira à banalização da informação e da comunicação, a escola deve pensar em elementos éticos a partir da educação popular em prol de um Estado democrático de direito.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. P. de; SILVA, S. B. da. Educação popular e os movimentos sociais do campo: por uma Pedagogia Decolonial. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, MG, v.20, n.3, p.4–23, 2021. DOI: 10.14393/REP-2021-59298. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/59298>.

BRASIL, AÇÃO EDUCATIVA. Informe Brasil – gênero e educação. São Paulo, Ação Educativa, 2013 [https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2013/10/gen_educ.pdf].

CABRAL, P. S. **Qual o conceito de gênero na perspectiva docente?** 2016. Trabalho de Conclusão (Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) - Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, Itajaí, SC, Brasil.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, João. Que fazer: Teoria e prática em educação popular. 4 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

GERHARDT, M. C.; FRANTZ, W. Educação popular e movimentos sociais: possibilidades de relações democráticas. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, MG, v. 18, n. 1, p. 92–104, 2019. DOI: 10.14393/REP-v18n12019-46367. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/46367>.

GREBINSKY, Raquel Caterine. Nem “bordel homoafetivo”, nem “política de canalha”: um estudo sobre as políticas públicas de gênero e sexualidade no congresso nacional 2016. **Especialização (Gênero e Diversidade na Escola)** - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

OLIVEIRA, E. S. Movimentos Sociais e Novas Abordagens da Educação Popular Urbana. **Contexto e educação**, v.26, n.85, p. 157-176, 2011.

REIS, W. H. S.; ROCHA, F. M. R. Os movimentos sociais e a educação popular: uma relação na construção do ser coletivo e emancipado. VI Congresso Nacional de Educação. Editora realize, 2019.

STRECK, D. R. et al. Educação popular e docência. São Paulo: Cortez, 2014.